



CÂMARA MUNICIPAL DE

**MARECHAL
FLORIANO**

N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
716/2022	214/2022	30/06/2022 11:12:55	30/06/2022 10:53:10

Tipo

REQUERIMENTO DE DIÁRIA

Número

24/2022

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

CEZAR TADEU RONCHI JUNIOR

Ementa:

Venho solicitar através desde requerimento 4 diárias para participação da Mobilização Municipalista da CNM, juntamente com o Prefeito do nosso Município e Comprimento de Agenda no Congresso Nacional.



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3400320035003A004300, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP -
Brasil.



fls. 1



Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

DADOS DO REQUISITANTE

NOME: Cezar Tadeu Ronchi Junior

REQUISITO COM BASE NA LEI Nº 2.121 DE 20 DE AGOSTO DE 2019, DIÁRIAS CONFORME ABAIXO DESCRITO.

INFORMAÇÕES DA VIAGEM

FINALIDADE DA VIAGEM: Venho solicitar através deste requerimento 4 diárias para participação da Mobilização Municipalista em defesa da pauta prioritária do movimento municipalista no dia 05.07.2022, juntamente com o Prefeito do nosso Município e com o comitê de Agenda no Congresso Nacional.

DESTINO : Brasília

ENDEREÇO: , Praça dos Três Poderes, , Zona Cívico-Administrativa, CEP - 70165-900, Brasília - DF

DATA PREVISTA: 04/07/2022

HORÁRIO PREVISTO PARA SAÍDA: Dia 04/07/2022 às 08:25

HORÁRIO PREVISTO PARA RETORNO: Dia 07/07/2022 às 21 horas

DAS DIÁRIAS

SEM OU COM PERNOITE? Com Pernoite

Nº DE DIÁRIAS : 4

VALOR UNITÁRIO R\$: R\$: 570,00 + 20% com despesas com transportes urbanos

VALOR TOTAL R\$: R\$: 2.736





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBSERVAÇÃO:

MARECHAL FLORIANO - ES, 30 de junho de 2022

Cezar Tadeu Ronchi Junior

Servidor

Autorizo o pagamento das Diárias acima especificadas para atender a execução dos serviços de interesse do Poder Legislativo Municipal, que correrão por conta da dotação orçamentária: **001001.0103100992.001 - Manutenção da Atividade da Câmara, - Elemento de Despesa: 3.3.3.90.14.0000**. Ao Departamento Financeiro e Contábil para verificar os procedimentos conforme a Instrução Normativa SCO nº 003/2020, a existência de recursos disponíveis para realizar empenho e o pagamento.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3200370030003A005000

Assinado eletronicamente por **Cezar Tadeu Ronchi Junior** em **30/06/2022 10:53**

Checksum: **5B5D807EA393F577B1BF7294952A39F815E18B92763101EECE812D8A80E4DA96**



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3200370030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP -
Brasil.





Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Marechal Floriano/ES, 22 de Junho de 2022.

OF. PMMF Nº. 293/2022

EXMO SR.

CEZAR TADEU RONCHI JUNIOR

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

MARECHAL FLORIANO/ES

Senhor Presidente,

Levando em consideração a participação do Chefe do Poder Executivo infra-assinado a fim de representar o Município de Marechal Floriano na Mobilização Municipalista em defesa da pauta prioritária do movimento municipalista e no debate a pautas que vão de interesse público das municipalidades, mobilização esta convocada pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM à ser realizada na data de 05 de Julho de 2022 em Brasília/DF, e levando em consideração a importância de representatividade do Poder Legislativo Florianense no evento em conjunto com o Chefe do Poder Executivo, **solicito** a Vossa Excelência, a designação de 02 (dois) Vereadores (em comum acordo por todos Vereadores da Casa) a representarem o legislativo municipal no evento. Em anexo, seguem informações sobre o evento, datas e inscrições.

Sem mais para o momento, apresentamos as nossas,

Cordiais saudações,



JOÃO CARLOS LORENZONI

Prefeito Municipal



MOBILIZAÇÃO MUNICIPALISTA

Brasília/DF – Dia 05.07.22

Em defesa da
pauta prioritária
do movimento
municipalista

Manhã | Concentração na Sede da CNM
Tarde | Mobilização no Congresso Nacional



Inscrições

Evento Mobilização Municipalista | 05 de julho Mobilização Municipalista - 2022

Tipo de Inscrição *

Cargo *

Nome Completo *

Razão Social *

CPF *

Sexo

Endereço

CEP

UF *

Município *

Celular *

Email *

Telefone *

Fax

Gravar

Voltar

Ao me inscrever, informo estar ciente, anuir e autorizar a Confederação Nacional de Municípios (CNM) a utilizar meus dados pessoais, conforme as condições estabelecidas na sua [Política de Privacidade](#). No mais, autorizo a CNM a entrar em contato através de SMS, WhatsApp, ligação telefônica, e-mail e/ou outro meio de contato, a fim de informar as ações, atividades, eventos realizados pela(s) entidade(s) municipalista(s), assim como compartilhar meus dados com parceiros para oferecimento de eventos e produtos.



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 320036003A00500052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira -
ICP - Brasil.



CPF

Senha

OK



(<https://www.cnm.org.br/>)

Menu

Home / Comunicação / CNM convoca mobilização em 5 de julho contra aumento de despesas e redução de receitas dos Municípios

([whatsapp://send?](https://whatsapp://send?text=http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-convoca-mobilizacao-em-5-de-julho-contr-aumento-de-despesas-e-reducao-de-receitas-dos-municipios)

Compartilhe esta notícia:
20/06/2022

[text=http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-convoca-mobilizacao-em-5-de-julho-contr-aumento-de-despesas-e-reducao-de-receitas-dos-municipios\)](http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-convoca-mobilizacao-em-5-de-julho-contr-aumento-de-despesas-e-reducao-de-receitas-dos-municipios)

CNM convoca mobilização em 5 de julho contra aumento de despesas e redução de receitas dos Municípios

CONVOCAÇÃO

MOBILIZAÇÃO MUNICIPALISTA

Brasília/DF – Dia 05.07.22

Em defesa da pauta prioritária do movimento municipalista

Manhã | Concentração na Sede da CNM

Tarde | Mobilização no Congresso Nacional

Inscreva-se

Alertando para medidas unilaterais dos Três Poderes federais que impactam fortemente a autonomia e os orçamentos municipais, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) convoca todos os gestores locais a participarem de grande **mobilização em 5 de julho, em Brasília** (<https://bit.ly/3HFiS1V>). Balanço da entidade – considerando as pautas mais prejudiciais propostas – somam um impacto financeiro superior a R\$100 bilhões por ano para os Municípios brasileiros.

“É evidente que essa situação não é sustentável. As instâncias federais

criam novas despesas e ainda aprovam medidas que reduzem a arrecadação dos Municípios. Como é que o gestor vai atender o cidadão lá na ponta dessa maneira?”,

argumenta o presidente da CNM, Paulo Zinkoski.



Autenticar documento em <https://www.icp.gov.br/> com o identificador 320036003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



Para efetivamente evitar que esse cenário siga se repetindo, uma das prioridades do movimento municipalista na mobilização será pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 122/2015, que proíbe a criação de novos encargos para os Municípios sem a devida previsão orçamentária. Já aprovada no Senado e por comissão especial da Câmara, após forte mobilização da Confederação, a medida, agora, aguarda votação no Plenário da Câmara.

Mais despesa

No Congresso, em apenas seis propostas de pisos salariais para diferentes categorias, o aumento de despesas para os Entes locais chega a R\$ 55,7 bilhões por ano. Duas dessas medidas estão em estágio avançado – aumento no piso de agentes comunitários de saúde e de endemias foi sancionado e aguarda regulamentação e a criação de piso para enfermeiros e outras categorias de saúde aguarda sanção e aprovação da PEC 11/2022. A CNM segue na luta para que a criação dos novos pisos seja condicionada à corresponsabilidade da União no pagamento dos valores.

Se acatado o entendimento do governo federal sobre o reajuste do piso do magistério, soma-se ainda despesa de R\$ 30,46 bilhões por ano. Portaria do Ministério da Educação anunciou em fevereiro percentual de reajuste de 33,24%, embora a **Confederação alerte que não há eficácia legal** (<https://bit.ly/3y44uNq>), uma vez que o critério para reajuste do piso em questão tem referência a uma lei revogada.

Menos receita

Ao mesmo tempo que propostas apresentadas na capital federal aumentam as despesas dos Municípios, há outras que reduzem as receitas, agravando o cenário. São exemplos a redução de alíquota do ICMS para setores como combustíveis, energia e comunicações e o aumento de isenção no imposto de renda, o que juntos reduzem em R\$ 31,5 bilhões/ano os recursos financeiros dos Entes locais.

A ampliação da desoneração do IPI em 35% para diversos produtos – decretada pelo governo federal – representa outros R\$ 6,75 bilhões de recursos que deixarão de chegar aos cofres municipais.

Mobilização

Diante desse cenário, a CNM ressalta a importância da participação de todos os municipalistas na mobilização de 5 de julho - inscrições **aqui** (<https://bit.ly/3HFIS1V>). A concentração, na parte da manhã, ocorrerá na sede da Confederação, em Brasília. À tarde, o movimento levará a mobilização ao Congresso Nacional.

Em respeito ao pacto federativo e à autonomia municipal, a entidade destaca que tais medidas não devem ser tomadas pelas demais instâncias sem diálogo e participação dos Entes locais. Além disso, a Confederação alerta que não se verifica real ganho para a população com medidas que prometem reduzir carga tributária sem considerar os reais problemas estruturais, sendo urgente um debate qualificado e sem intenções eleitoreiras.



Notícias relacionadas



(<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mmm-representacao-feminina-na-politica-e-tema-de-painel-em-congresso-do-rs>)

Institucional

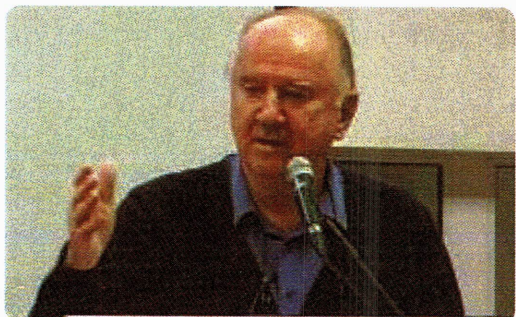
(<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mmm-representacao-feminina-na-politica-e-tema-de-painel-em-congresso-do-rs>)

22/06/2022

(<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mmm-representacao-feminina-na-politica-e-tema-de-painel-em-congresso-do-rs>)

MMM: representação feminina na política é tema de painel em Congresso do RS

(<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mmm-representacao-feminina-na-politica-e-tema-de-painel-em-congresso-do-rs>)



(<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/em-congresso-no-rio-grande-do-sul-ziulkoski-apresenta-pautas-bombas-e-convoca-gestores-para-mobilizacao-institucional>)



(https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/em-
congresso-no-rio-grande-do-sul-
ziulkoski-apresenta-pautas-bombas-e-
convoca-gestores-para-mobilizacao)
21/06/2022

(https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/em-
congresso-no-rio-grande-do-sul-
ziulkoski-apresenta-pautas-bombas-e-
convoca-gestores-para-mobilizacao)

Em Congresso no Rio Grande
do Sul, Ziulkoski apresenta
pautas bombas e convoca
gestores para mobilização

(https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/em-
congresso-no-rio-grande-do-
sul-ziulkoski-apresenta-pautas-
bombas-e-convoca-gestores-
para-mobilizacao)



(61) 2101-6000

Fax: (61) 2101-6080

SGAN 601 Módulo N
Brasília/DF | CEP: 70.830-010

© Copyright 2021 Confederação Nacional de Municípios. Todo conteúdo do site pode ser reproduzido, desde que citada a fonte.



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 320036003A00500052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP - Brasil.



PODER

Prefeitos reagem às perdas

Gestores estarão hoje, em Brasília, para se manifestar contra medidas que aumentam despesas e reduzem receitas dos municípios

» RAPHAEL FELICE

Cerca de mil prefeitos desembarcam hoje, em Brasília, para protestar contra medidas avalizadas pelos Três Poderes que impactam os cofres de suas localidades. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o potencial de perdas é de R\$ 250,6 bilhões ao ano, levando em conta as alterações já em vigor e as que estão em tramitação. As reuniões começam às 9h, na sede da entidade, e seguem ao longo do dia, incluindo debates com parlamentares no Congresso.

Nos últimos meses, o Parlamento aprovou diversas medidas que aumentaram os gastos de estados e municípios. As mais recentes estimativas da CNM apontam que, entre elevação de despesas e redução das receitas, desde dezembro de 2021, os municípios devem perder cerca de R\$ 73 bilhões ao ano. O temor é que a conta dispare ainda mais com as propostas em andamento.

Entre as medidas classificadas como “pauta grave” pela CNM estão a Emenda Constitucional 120, que reajustou para dois salários mínimos o piso nacional de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, e o Projeto de Lei (PL) 2.564/2020, que instituiu o piso salarial de R\$ 4.750 para profissionais de enfermagem.

Decisões do Poder Executivo também afetam o cofre dos municípios, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em até 35%, com prejuízo estimado de R\$ 6,75 bilhões à arrecadação. O governo federal foi responsável, ainda, por assinar a portaria 67/2022, determinando o reajuste de 34,24% do piso dos professores. A medida prevê aumento dos gastos dos municípios

Clauber Cleber Caetano/PR



O presidente do CNM, Paulo Ziulkoski, entidade que organiza o protesto contra medidas avalizadas pelos Três Poderes

em cerca de R\$ 30,5 bilhões.

No Poder Judiciário, a pauta que provoca maior impacto é a Lei Complementar 192/2022, fruto da aprovação do PLP 18, que limita em 17% a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS), um tributo estadual, incidente em combustíveis, energia elétrica, transporte coletivo e telecomunicações. O impacto previsto é de R\$ 22 bilhões. Estados tentam derrubar

a decisão no Supremo Tribunal Federal (STF) com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.164.

“Em termos específicos, as pautas apresentadas se comprometem a reduzir a arrecadação das receitas próprias e receitas de transferências, enquanto os aumentos de despesas se dividem entre aumento do gasto de pessoal e custeio”, diz a CNM em documento. “A instituição de encargos financeiros

sob responsabilidade dos municípios, como pisos salariais para as principais carreiras do funcionalismo, impõe mais uma rigidez no orçamento das prefeituras, pois são gastos de caráter continuado, comprometendo cada vez mais recursos públicos para o seu cumprimento.”

Sem garantias

A entidade rebate a versão do governo de que estados e

municípios podem arcar com as perdas, pois obtiveram arrecadações extraordinárias nos últimos anos. “No debate atual, os atores políticos têm argumentado que em boa parte das medidas a redução de receita é justificada, já que os entes subnacionais (estados e municípios) têm apresentado arrecadação elevada no período. Não há garantia, contudo, que os resultados excepcionais de arrecadação se sustentem nos próximos anos,

O prejuízo

Impacto máximo com perdas de arrecadação, caso todas as propostas avancem ou não sejam sustadas

Executivo:

R\$ 37,2 bilhões

Legislativo:

R\$ 99 bilhões

Judiciário:

R\$ 114,3 bilhões

pois essa variável é carregada de incerteza e está relacionada com a atividade econômica”, ressaltou. “A redução permanente da arrecadação de impostos municipais, logo, pode gerar, em um futuro próximo, em caso de reversão do desempenho da arrecadação, dificuldade do cumprimento dos compromissos com os serviços essenciais pelos entes subnacionais.”

Em outra frente, a CNM reivindica o avanço da proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a União de criar encargos financeiros para os entes subnacionais sem a previsão de transferência para o seu custeio (PEC 122/2015). A entidade considera a aprovação da matéria como “fundamental”, pois impediria a imposição de novas despesas a serem custeadas pelos municípios sem a devida indicação da fonte de recurso.

Na mira, denúncias contra Bolsonaro

» CRISTIANE NOBERTO

A vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que ouça Roberto Castello Branco, ex-presidente da Petrobras, e Rubem Novaes, ex-presidente do Banco do Brasil, sobre mensagens que, supostamente, incriminam o presidente Jair Bolsonaro (PL).

A procuradora atende, em parte, à manifestação do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O parlamentar pediu o confisco do telefone funcional de Castello Branco para ser periciado. O ex-presidente da Petrobras teria revelado, numa troca de mensagens, uma suposta tentativa de Bolsonaro de interferir na estatal.

Lindôra afirmou não haver “convicção ministerial suficiente para a instauração da investigação pleiteada”. Mesmo assim, disse ser necessário o esclarecimento do caso. Ela pede ao STF que Castello Branco seja questionado a respeito de datas, circunstâncias e contextos das mensagens encaminhadas ou recebidas, bem como sobre o motivo de não ter recorrido às autoridades competentes na primeira oportunidade.

Para Rubem Novaes, a oitiva deve abordar o histórico de contato com o ex-presidente da estatal, a natureza da conversa e os supostos fatos e tipos de crimes descritos por Castello Branco.

Lindôra ainda destacou que um dos motivos para as oitivas

é fato de o suposto diálogo revelado não ter sido negado por nenhum dos dois. “Para melhor compreender os fatos trazidos aos autos, faz-se necessária a prestação de informações complementares, a fim de formar um acervo minimamente seguro para o posicionamento do Ministério Público a respeito da possibilidade de instauração de uma investigação criminal com alguma plausibilidade probatória e empiricamente justificável”, escreveu.

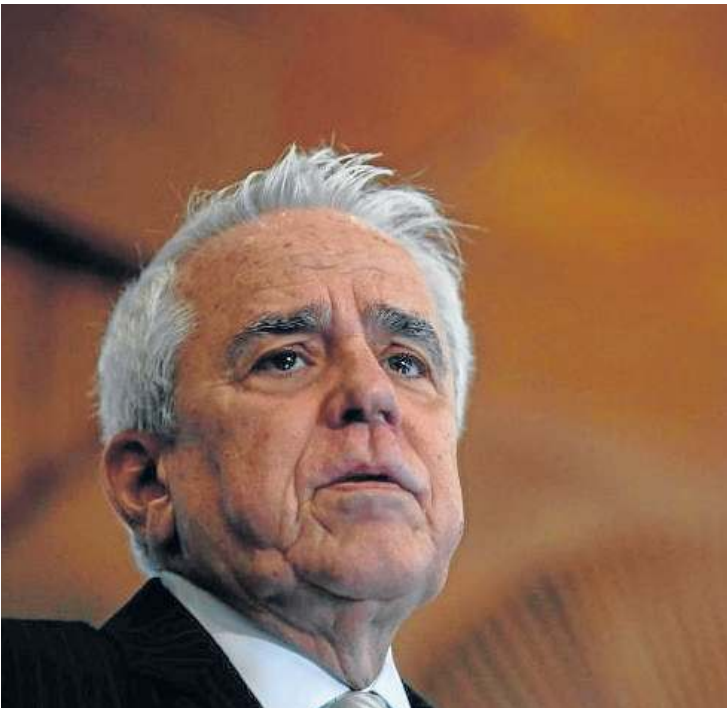
Declarações

Conforme noticiou Valdo Cruz, em seu blog no G1, as mensagens nas quais Castello Branco acusa Bolsonaro de

interferência foram publicadas em um grupo de aplicativo intitulado “Economistas do Brasil”. Lá, ele afirmou: “No meu celular corporativo tinha mensagens e áudios que podem incriminá-lo. Fiz questão de devolver intacto para a Petrobras”.

Castello Branco havia sido questionado por Novaes, no grupo, sobre desavenças com o presidente. “Se eu quisesse atacar Bolsonaro, não foi e não é por falta de oportunidade. Toda vez que ele produz uma crise, com perdas de bilhões de dólares para seus acionistas (Petrobras), sou insistentemente convidado pela mídia para dar minha opinião. Não aceito 90% deles (convites) e, quando falo, procuro evitar ataques”, escreveu.

Mauro Pimentel/AFP



Castello Branco citou interferência do chefe do Executivo na Petrobras

Agência Senado



Pacheco se reunirá com líderes. Governistas tentam adiar comissão

Pacheco deve instalar, hoje, CPI do MEC

Olho em uma vaga

Senadores querem apurar a participação do presidente Jair Bolsonaro no esquema no MEC e ampliar os desdobramentos da investigação. “O que não pode é deixar de investigar, sobretudo depois do argumento de que em ano eleitoral não pode ter CPI. Por que não pode?”, afirmou o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que se licenciou do mandato, mas se prepara para reassumir a vaga e compor a CPI. Ele é um dos cotados para presidir o colegiado. “Os caras que vão investigar não vão estar na eleição. Isso é justificativa para não querer investigação”, disse Omar Aziz (AM), vice-líder do PSD.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve autorizar, hoje, a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Ministério da Educação (MEC) para investigar a existência de um gabinete paralelo na pasta.

A oposição espera começar a apuração — com audiências, convocações e quebras de sigilo —, em agosto, no mesmo mês de início da campanha eleitoral, tendo o presidente Jair Bolsonaro (PL) como **alvos das diligências**. Já governistas querem adiar o funcionamento da comissão para depois das eleições, na tentativa de evitar desgastes ao Planalto.

A CPI vai investigar esquema de distribuição de verbas sob ordem dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, que intermediavam encontros com prefeitos e, supostamente, cobravam propina em troca de liberação de recursos para prefeituras, com a anuência do então ministro da Educação, Milton Ribeiro. Os três foram presos pela Polícia Federal em 22 de junho e liberados por decisão da Justiça um dia depois.

Pacheco se reúne, pela manhã, com líderes partidários. O presidente do Senado prometeu ler o requerimento de instalação no plenário, depois desse encontro. O trabalho da CPI só começa efetivamente após indicação de seus integrantes pelos líderes dos partidos.

Pelos cálculos da oposição, os membros serão indicados até o próximo dia 15, mas, como o Congresso entrará em recesso, a comissão só vai escolher presidente, relator e iniciar as reuniões em agosto.

O líder do PSDB, Izalci Lucas (DF) acredita que a reunião de hoje servirá, principalmente, para entender a força do material já apurado. Outro ponto de destaque será a indicação dos membros. “Se tiver sinalização de quem são as pessoas indicadas, se tem uma noção de qual vai ser o encaminhamento (dos trabalhos)”, disse. “Se colocar a mesma composição da CPI da Covid, por exemplo, já se sabe que haverá outros objetivos. Há alguns líderes que já avançaram na investigação, e isso também

será apresentado. Com isso, cada líder vai ponderar para decidir, o que não pode é banalizar um instrumento importante como a CPI.”

União de comissões

Na semana passada, foi cogitada unir a CPI do MEC às obras inacabadas. Porém, o líder do governo na Casa, Carlos Portinho (PL-RJ), pretende apresentar, na reunião, um estudo encomendado à consultoria legislativa do Senado para provar que não há probabilidade jurídica de juntá-las. A principal justificativa é que se tratam de fatos, governos e agentes diferentes.

A intenção dos governistas é cobrar de Pacheco que obedeça à ordem de apresentação de requerimentos. A frente da CPI do MEC estão a das obras inacabadas, a de crimes nas fronteiras e a que pretende apurar a atuação de organizações não governamentais (ONGs) na Amazônia. (Agência Estado e Tainá Andrade)



Processo: 716/2022 - RELD 24/2022

Fase Atual: Protocolar Processo

Ação Realizada: Processo Protocolado

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL

De: Departamento Protocolo e Atendimento

Para: Secretaria Geral Legislativa

ENCAMINHO PARA SECRETARIA GERAL LEGISLATIVA PARA DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.

Marechal Floriano-ES, 30 de junho de 2022.

Sonia Maria dos Santos
Assessor de Serviços de Protocolo - Mat.

Tramitado por, Sonia Maria dos Santos, Mat.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3800390036003A005400

Assinado eletronicamente por **Sonia Maria dos Santos** em **30/06/2022 12:04**

Checksum: **E55C76E24759AB43DB527016755AFF22E66D63432D9F319DC12BD3CF91A29D16**





Processo: 716/2022 - RELD 24/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL

Ação Realizada: Prosseguir para o membro do setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

De: Secretaria Geral Legislativa

Para: Gabinete da Presidência

A Vossa Excelência para autorização.

Marechal Floriano-ES, 30 de junho de 2022.

Gibran Christo Schneider
Diretor Legislativo - Mat.

Tramitado por, Gibran Christo Schneider, Mat.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3800390037003A005400

Assinado eletronicamente por **Gibran Christo Schneider** em **30/06/2022 12:16**

Checksum: **0551BE5E3A0E43D173D9D634FA4B06AA4C351D3D920452008691382590AD1FA6**





Processo: 716/2022 - RELD 24/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

Ação Realizada: Prosseguir para o membro do setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

De: Gabinete da Presidência

Para: Departamento Financeiro e Contábil

Aprovado! Seguir para pagamento.

Marechal Floriano-ES, 30 de junho de 2022.

Cezar Tadeu Ronchi Junior
Presidente da Câmara Municipal - Mat. 80

Tramitado por, Cezar Tadeu Ronchi Junior, Mat. 80



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3900300039003A005400

Assinado eletronicamente por **Cezar Tadeu Ronchi Junior** em **30/06/2022 12:23**

Checksum: **F33BEE2E3439CC7D99946DC8A900C36E606850268DED4D77E31E773A67F01075**





Processo: 716/2022 - RELD 24/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

Ação Realizada: Prosseguir para o setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL

De: Departamento Financeiro e Contábil

Para: Gabinete do Vereador Cezar Tadeu Ronchi Junior

PROCESSO PAGO SOB PROTOCOLO BANCARIO NUMERO 73097691.

SEGUE PARA VOSSA EXCELÊNCIA ANEXAR RELATÓRIO DE DIÁRAS.

Marechal Floriano-ES, 4 de julho de 2022.

Claudiana Cristina Littig de Melo
Técnico Legislativo - Mat. 1

Tramitado por, Claudiana Cristina Littig de Melo, Mat. 1



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3900310030003A005400

Assinado eletronicamente por **Claudiana Cristina Littig de Melo** em **04/07/2022 14:54**

Checksum: **9129E3AE3A26DB0BB2E7AFC32C24876D42DB62A4FC47DEA8CB555B4036B7B3CB**





Processo: 716/2022 - RELD 24/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL

Ação Realizada: Prosseguir para o membro do setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

De: Gabinete do Vereador Cezar Tadeu Ronchi Junior

Para: Departamento Financeiro e Contábil

Marechal Floriano-ES, 13 de julho de 2022.

Cezar Tadeu Ronchi Junior
Vereador - Mat. 80

Tramitado por, Cezar Tadeu Ronchi Junior, Mat. 80



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3900350033003A005400

Assinado eletronicamente por **Cezar Tadeu Ronchi Junior** em 13/07/2022 17:32

Checksum: **0EF51A3AD565492ADEA71740CEDFBBC16D6E55D5007CB036C7C909BD6A4E3DD5**



13 de julho de 2022

Segue o anexo em pdf da minha prestação de contas das diárias recebidas nos dias 04/07 até 07/07 no destino de Brasília-DF, com saída 04/07 às 06 horas da manhã e retorno dia 07/07 às 21 horas chegando no nosso Município.

Cezar Tadeu Ronchi Junior

Presidente da CMMF



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3400310037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira -
ICP - Brasil.



fls. 22

RELATÓRIO DA VIAGEM A BRASÍLIA

A CONVITE DO PREFEITO MUNICIPAL PARTICIPAMOS NO DIA 05/07/2022 DA MOBILIZAÇÃO MUNICIPALISTA EM DEFESA DA Pauta Prioritária do Movimento Municipalista na SEDE DA CNM (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS) EM BRASÍLIA DIA 05/07/2022. CONTRA AUMENTO DE DESPESAS E REDUÇÃO DE RECEITAS DOS MUNICÍPIOS

- IMPACTOS DE MEDIDAS NAS FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS
- MUNICIPALISMO FORTE SE FAZ COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS.
- MAIS DE 1.000 PREFEITOS E VEREADORES
- É UM ATO POLÍTICO.
- 71,2% APROVARAM LEI ESPECÍFICA PARA CONCEDER REAJUSTE (PISO DO MAGISTÉRIO) - (MUNICÍPIOS)
- 25,9% 1589 MUNICÍPIOS) DERAM REAJUSTE SEM LEI ESPECÍFICA
- ERECHES - RE 1008166 - LUIZ FUX - UNIVERSALIZAÇÃO DAS
- ERECHES - 24/08/2022 (JULGAMENTO)
- 158 PROJETOS DE PISOS TRAMITANDO
- ESTRATÉGIA DE SAÚDE NA FAMÍLIA - BUSCA DA DIFERENÇA ENTRE PAGAMENTO ENTRE A MODALIDADE 1 E A MODALIDADE 2
- EM CONTRO DE CONTAS. BUSCA DA DIFERENÇA DE CARÁTER PREVIDENCIÁRIO.
- NÃO PODE DEIXAR RESTOS A PAGAR.
- 80,4% (1985) MUNICÍPIOS BRASILEIROS FALTAM REMÉDIOS BÁSICOS
- REDISSCUSSÃO DA SAÚDE PRIMÁRIA A SAÚDE
- DEMANDA REPRIMIDA É ENORME
- PROGRAMAS FEDERAIS - O CENTRO DESSE PROBLEMA É O DESEQUILÍBRIO E ECONÔMICO DA MODALIDADE DE FINANCIAMENTO IMPLEMENTADA PELO GOVERNO FEDERAL. OS VALORES TRANSFERIDOS DA UNIDADE SÃO MUITO DISTANTES DO CUSTO EFETIVO, SEM QUALQUER COMPROMISSO COM A DEFESA DA INFLAÇÃO.
- FORAM APRESENTADAS OS IMPACTOS DE Pautas importantes E GRAVES PARA QUE NÓS COMO AGENTES POLÍTICOS POSSAMOS MOBILIZAR NOSSOS DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES.



DIA- 06/07/2022-

AGENDAS NO CONGRESSO NACIONAL (DOCUMENTOS EM ANEXO)
REUNIÃO NA PRESIDÊNCIA DO FNDE PARA ACERTAR
PENDÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA LIBERAÇÃO DE RECURSO
JÁ EMPENHADO.



PAUTA PRIORITÁRIA CNM

MOBILIZAÇÃO EM BRASÍLIA - JULHO DE 2022

CASA	PROPOSIÇÃO	TEMA	RELATOR
CONGRESSO (Sessão Conjunta)	Impacto no ICMS para a Saúde e Educação Veto 36/2022	Derrubar veto para reestabelecer a compensação do impacto nos recursos vinculados à Saúde e à Educação com as reduções de alíquotas do ICMS estabelecidas na LC 194/2022 , relativas a combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte.	Não definido
CONGRESSO (Sessão Conjunta)	Fiscalização das associações Veto 23/2022	Derrubar veto para reestabelecer a fiscalização das associações de Municípios pelos Tribunais de Contas, por intermédio da fiscalização dos Entes locais.	Não definido
SENADO (não distribuído)	Legalização dos jogos de azar PL 442/1991	Autoria do deputado Renato Vianna - MDB/SC, o projeto prevê a arrecadação da CIDE-Jogos , que terá o compartilhamento de 16% com o FPM .	Não definido
SENADO (CAE)	Reforma do IR PL 2337/2021 PREOCUPAÇÃO	Autoria do Poder Executivo, o projeto altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, sendo que o texto atual produzirá perdas de R\$ 9,3 bilhões anuais para os Municípios brasileiros . CNM trabalha para zerar impacto.	Senador Ângelo Coronel - PSD/BA
SENADO (CAS)	Piso dos Garis PL 3253/2019 PREOCUPAÇÃO	A proposta desconsidera as enormes desigualdades regionais do Brasil ao estabelecer piso nacional uniforme. São 342.257 profissionais nos Municípios. Se aprovado o valor proposto no relatório, o impacto anual será de R\$ 2,5 bilhões.	Senador Lucas Barreto- PSD/AP
CÂMARA (CCJC)	Ressarcimento da renúncia do IPI PL 1406/2015	Autoria do deputado Joaquim Passarinho-PSD/PA, o projeto visa mitigar os efeitos da renúncia tributária do IPI sobre os Fundos Constitucionais, em especial os efeitos do Decreto 10.979/2022, cujo impacto anual no FPM é de R\$ 6,7 bi.	Não definido
CÂMARA (Plenário)	Encargo Vinculado ao Repasse PEC 122/2015	A PEC visa proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para os Entes Federados, sem a fonte de recurso ou previsão orçamentária.	Dep. Silvio Costa Republicanos /PE
CÂMARA (Plenário)	ADI/ADC PEC 253/2016	Autoria do senador Antônio Carlos Valadares - PSB/SE, a PEC permite que entidade de representação de Municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade .	Deputado Hildo Rocha - MDB/MA
CÂMARA (Plenário)	Piso do Magistério PL 3776/2008	Autoria do Poder Executivo, determina que a atualização do piso salarial do magistério será realizada pelo INPC.	Não definido
CÂMARA (CCJC)	Limite MEI PLP 108/2021	PREOCUPAÇÃO - O projeto amplia faixa de faturamento para R\$ 130 mil para enquadramento como MEI, cujo impacto anual é de R\$ 6,7 bi na arrecadação dos Municípios.	Dep. Darci de Matos PSD/SC



Estudos Técnicos – Junho de 2022

Impacto de medidas e decisões tomadas pelos três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, nos últimos meses e que impactam nas finanças municipais

Nos últimos meses, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem articulado no Congresso Nacional para mitigar os efeitos de pautas legislativas que pressionam as finanças municipais, junto ao Governo Federal sobre decretos e portarias que aumentam nossas despesas e algumas decisões do Poder Judiciário que também causam impactos expressivos, por isso reunimos neste Estudo Técnico resultados financeiros imediatos destas decisões tomadas em Brasília que somam o montante de R\$ 73 bilhões ao ano.

A chamada pauta grave é o conjunto de medidas aprovadas e em tramitação no Congresso, no Supremo Tribunal Federal e no Executivo Federal que prometem dois impactos sobre os cofres municipais: **redução de arrecadação e aumento das despesas**. Em termos específicos, as pautas apresentadas se comprometem a reduzir a arrecadação das receitas próprias (ISS e IR) e receitas de transferências (cota-parte ICMS e FPM), enquanto os aumentos de despesas se dividem entre aumento do gasto de pessoal (via imposição de pisos salariais diversos) e custeio (via custo de universalização da oferta de creches).

No debate atual, os atores políticos têm argumentado que boa parte das medidas de redução de receita são justificadas, já que os Entes subnacionais (Estados e Municípios) têm apresentado arrecadação elevada no período. Não há garantia, contudo, que os resultados excepcionais de arrecadação se sustentem nos próximos anos, pois essa variável é carregada de incerteza e está relacionada com a atividade econômica.

A **redução permanente da arrecadação** de impostos municipais, logo, pode gerar, em um futuro próximo, em caso de reversão do desempenho da arrecadação, dificuldade do cumprimento dos compromissos com os serviços essenciais pelos Entes subnacionais. Para tornar o cenário ainda mais delicado, **a instituição de encargos financeiros** sob responsabilidade dos Municípios, como pisos salariais para as principais carreiras do funcionalismo, **impõe mais uma rigidez no orçamento das prefeituras**, pois são gastos de caráter continuado, comprometendo cada vez mais recursos públicos para o seu cumprimento.



Para o presente levantamento, a CNM segregou as pautas do Congresso em três categorias: (i) medidas aprovadas nas duas casas legislativas (em vigência e aguardando sanção presidencial ou regulamentação por órgão responsável); (ii) medidas aprovadas em uma das casas legislativas; (iii) medidas ainda em tramitação que prometem impactos consideráveis. As pautas do Executivo Federal estão relacionadas com as medidas adotadas por meio de Portarias e Decretos que repercutem sobre a arrecadação e as despesas dos Municípios. A pauta do Judiciário, centralizada no STF, diz respeito às Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) e de Recurso Extraordinário (RE) que ocasionam impacto financeiro para os Entes municipais.

Baseado neste primeiro enquadramento, o Quadro 1 sintetiza as pautas de acordo com a sua origem (Congresso, Executivo ou Judiciário) e a sua expectativa de impacto para os cofres municipais (redução de receitas ou aumento de despesas).

Quadro 1 – Pautas com impactos sobre os cofres Municipais

Categorias	Executivo	Legislativo	Judiciário
Aumento de despesa	Portaria 67/2022 (Reajuste do piso do Magistério)	PL 3.253/2019 (Piso dos trabalhadores da limpeza urbana) PL 2.564/2020 (Piso da Enfermagem) EC 120/2022 (Reajuste do piso ACE e ACS) PLs diversos (pisos salariais)	RE 1008166/STF (Obrigatoriedade da oferta de creches para crianças de 0 a 5 anos)
Redução de receita	Decreto 10.979/2022 (IPI)	LC 194/2022 (ICMS) LC 192/2022 (ICMS) PL 2.337/2021 (IR) PLP 108/2021 (ICMS e ISS)	ADI 7.164 (cobrança ICMS)
Redistribuição de receita			ADI 4.917 (royalties de petróleo) ADI 5.835 (ISS)

Elaboração: Área de Estudos Técnicos/CNM.

Impacto financeiro das medidas de acordo com a sua tramitação

As pautas elencadas no Quadro 1 podem ser reagrupadas a partir das **estimativas de impacto financeiro**. Primeiramente, dividindo as pautas entre aquelas que já possuem o processo de tramitação concluído no Congresso, estando em vigência ou em aguardo de



regulamentação das matérias que seguem em tramitação no Congresso. De maneira análoga, o mesmo raciocínio vale para as ADIs e REs que já estão com decisão daqueles que ainda aguardam deliberação dos magistrados. As medidas do Poder Executivo elencadas já apresentam impacto imediato. **As medidas que apresentam aprovação nas duas casas e impacto imediato já superam R\$ 73 bilhões/ano.** O Quadro 2 sintetiza o impacto anual das pautas graves de acordo com o poder

Quadro 2 – Impacto anual das Pautas Graves

Pautas	Impacto (anual)
Legislativo	99.088.440.503
Aprovação nas duas casas	34.582.227.054
LC 194/2022 (ICMS)	22.062.736.614
LC 192/2022 (ICMS de diesel) até dezembro	1.131.131.586
EC 120/2022 (Reajuste do piso ACE e ACS)	1.973.714.822
PL 2.564/2020 (Piso da Enfermagem)	9.414.644.032
Aprovação em uma casa legislativa	20.404.207.029
PL 2.337/2021 (IR)	13.704.767.546
PLP 108/2021 (ICMS e ISS)	6.699.439.483
Ainda em tramitação	44.102.006.419
PL 3.253/2019 (Piso dos trabalhadores da limpeza urbana)	2.208.092.428
PLs diversos (pisos salariais)	41.893.913.991
Executivo	37.208.142.688
Efeito imediato	37.208.142.688
Portaria 67/2022 (Reajuste do piso do Magistério)	30.463.057.340
Decreto 10.979/2022 (IPI)	6.745.085.347
Judiciário	114.284.324.479
Efeito imediato	1.211.657.449
ADI 7.164 (cobrança ICMS) até dezembro	1.211.657.449
Plenário	113.072.667.030
RE 1008166/STF (Obrigatoriedade da oferta de creches para crianças de 0 a 5 anos)	90.838.699.392
ADI 4.917 (royalties de petróleo)*	5.900.000.000
ADI 5.835 (ISS)	16.333.967.638

* valor médio anual considerando que o impacto da suspensão *Lei de Royalties* desde 2013 alcançou R\$ 53 bilhões.

Fonte: Elaboração – área de Estudos Técnicos/CNM.

Tomando em conjunto as informações do Quadro 1 e 2, é possível observar que o somatório de pautas graves produzirá um **aumento de despesa** de até **R\$ 176,8 bilhões/ano**, dos quais R\$ 41,9 bilhões a título de efeito imediato. Por outro lado, as pautas que tratam de **redução de arrecadação** possuem impacto estimado de **R\$ 51,6 bilhões/ano**, dos quais R\$ 31,2 bilhões apresentam efeito imediato. A terceira categoria, de *redistribuição de receitas*, aponta que os Municípios deixaram de ganhar **R\$ 22,2 bilhões/ano**. **As três medidas combinadas podem gerar um impacto global de até R\$ 250,6 bilhões ao ano.** Há um anexo no final do texto com a soma dos impactos por estado.



Para termos uma noção da magnitude, o **impacto global** (excluindo as pautas do Poder Judiciário) totalizam R\$ 136,3 bilhões/ano, o que corresponde a **16,7% do valor estimado da Receita Corrente Líquida dos Municípios** em 2022 (estimado, em um cenário conservador, em R\$ 817,6 bilhões), dos quais somente o **impacto imediato** (excluindo novamente o Poder Judiciário) **corresponde a 8,8% da RCL**. Tomando em consideração a estimativa da RCL da União, os impactos respectivos são de 12,3% e 6,5%.

Detalhamento da gravidade das pautas aprovadas ou em tramitação em Brasília: Poder Legislativo

A partir do Quadro 2, é possível avaliar o impacto anual (exceto quando expressamente citado) de cada uma das pautas levantadas neste documento. A pauta do Poder Legislativo é a mais extensa do presente estudo e está dividida entre as matérias com *aprovação nas duas casas*; *aprovação em uma casa legislativa* e *ainda em tramitação*.

Já estão *aprovadas nas duas casas* (**R\$ 34,58 bilhões**):

- **LC 192/2022**: regra de transição para a cobrança do *Diesel* entre julho e dezembro de 2022 a partir do preço médio ponderado final (PMPF) dos últimos 60 meses. O impacto anual estimado dos Municípios (via redução da cota-parte do ICMS) é de **R\$ 1,13 bilhão**;
- **LC 194/2022**: alteração do conceito de supérfluo para essencial para a cobrança de ICMS sobre combustíveis, comunicação e energia elétrica. O impacto anual estimado dos Municípios (via redução da cota-parte do ICMS) é de **R\$ 22,06 bilhões**;
- **EC 120/2022**: reajuste do Piso de ACE e ACS e a criação do adicional de insalubridade. O impacto anual estimado dos Municípios (via aumento de despesas) é de **R\$ 1,97 bilhão**;
- **PL 2.564/2020**: instituição do Piso salarial nacional da Enfermagem. O impacto anual estimado dos Municípios (via aumento de despesas) é de **R\$ 9,41 bilhões**.

Já estão *aprovadas em uma casa legislativa* (**R\$ 20,40 bilhões**):

- **PL 2.337/2022**: atualização da tabela do Imposto de Renda. O impacto anual estimado dos Municípios (via redução de IR dos Municípios e FPM) é de **R\$ 13,70 bilhões**;



- **PLP 108/2021:** mudança da faixa de enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) de R\$ 81 mil/ano para R\$ 144 mil/ano e possibilidade de contratação de um para dois funcionários. O impacto anual estimado dos Municípios (via redução da cota-parte do ICMS e da arrecadação do ISS) é de **R\$ 6,70 bilhões**.

Ainda em tramitação (R\$ 44,10 bilhões):

- **PL 3.253/2019:** instituição de piso salarial para trabalhadores da limpeza urbana. O impacto anual estimado dos Municípios (via aumento de despesas) é de **R\$ 2,21 bilhões**;
- **PLs diversos:** instituição de pisos salarial para diversas carreiras do funcionalismo municipal. O impacto anual estimado dos Municípios (via aumento de despesas) é de **R\$ 41,89 bilhões**.

Detalhamento da pauta grave: Poder Executivo

As duas pautas do Poder Executivo, que já possuem efeito imediato, devem impactar os cofres municipais em até **R\$ 37,21 bilhões/ano**:

Impacto imediato (R\$ 37,21 bilhões):

- **Portaria 67/2022:** reajuste em 33,24% do Piso do Magistério. O impacto anual estimado dos Municípios (via aumento de despesas) é de **R\$ 30,46 bilhões**;
- **Decreto 10.979/2022:** renúncia fiscal do IPI em até 35%. O impacto anual estimado dos Municípios (via redução do FPM) é de **R\$ 6,75 bilhões**;

Importante destacar que reajustes salariais para os servidores federais não foram aprovados pelo atual governo sob o argumento de que não havia recursos para tal, mas aos Municípios é imposto um piso sem a devida indicação de fonte de financiamento para isso.

Detalhamento da pauta grave: Poder Judiciário

Existem ao menos quatro pautas no STF que podem afetar consideravelmente as finanças dos Municípios, das quais uma já possui efeito imediato e três aguardam julgamento.

Impacto imediato (R\$ 1,21 bilhão):



- **ADI 7.164:** define que demais combustíveis devem adotar regra de transição similar à do *Diesel*, de acordo com a LC 192/2022. O impacto anual estimado dos Municípios (via redução da cota-parte do ICMS) é de **R\$ 1,21 bilhão**;

Aguarda o Plenário (R\$ 113,07 bilhões):

- **RE 1008166/STF:** obrigatoriedade da oferta de creches para crianças de 0 a 5 anos. O impacto anual estimado dos Municípios (via aumento de despesas) é de **R\$ 90,84 bilhões**;
- **ADI 4.917:** suspensão da liminar que impede o cumprimento da Lei dos *Royalties* (Lei 12.794/2012). A Confederação estima que desde 2013 essa medida retirou R\$ 53 bilhões dos Municípios. O impacto médio anual estimado dos Municípios (via conta de *Royalties*) é de **R\$ 5,90 bilhões**;
- **ADI 5.835:** suspensão do artigo 1º da LC 157/2016 do ISS. A liminar impediu a redistribuição dos recursos do ISS de cartões de crédito e débito, planos de saúde, *leasing* e outros. O impacto anual é estimado em **R\$ 16,33 bilhões**, que deixam de ser redistribuídos aos cofres de todos os Municípios e se concentram em paraísos fiscais.

Considerações Finais

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem buscado, através de intensa articulação no Congresso, a mitigação de medidas legislativas que causem perdas financeiras para os Municípios. Nos últimos meses, ao menos duas medidas nessa direção – a articulação em torno do ICMS de Combustíveis e o ICMS Difal – evitaram a perda de R\$ 8,75 bilhões/ano.

Desde então, após meses de articulação, uma **das principais agendas da CNM no Congresso segue é a aprovação da PEC 122/2015**, que proíbe a União de criar encargos financeiros para os Entes subnacionais sem a previsão de transferência para o seu custeio. A aprovação da PEC 122/2015 é fundamental, uma vez que impede a criação de novas despesas a serem custeadas pelos Municípios sem a devida indicação da fonte de recurso.

Nesta linha, a CNM continua a se mobilizar contra as medidas que indiquem em perdas financeiras para os cofres municipais. Segundo o presente levantamento, o impacto **imediato** das pautas poderá consumir até R\$ 73 bilhões/ano dos Municípios. A mobilização é, portanto, fundamental para mitigar os retrocessos impostos aos Municípios.



ANEXO 1: Impacto anual das pautas graves por Estado (em R\$ mil)*

UF	LC 194/2022	LC 192/2022	EC 120/2022	PL 2.564/2020	PL 2.337/2021	PLP 108/2021	PL 3.253/2019	PLs dos pisos	Portaria 67/2022	Decreto 10.979/2022	Total	RCL	Total/RCL
AC	56.736	3.824	11.314	15.584	66.245	14.377	5.295	86.745	87.166	38.683	385.969	2.375.663	16%
AL	392.829	7.409	41.126	240.929	263.672	67.675	83.101	802.419	451.131	153.574	2.503.865	9.967.754	25%
AM	290.900	23.842	94.613	157.598	203.839	59.708	82.134	257.444	463.814	109.436	1.743.328	12.233.990	14%
AP	24.270	1.791	8.449	48.597	46.508	16.948	4.378	122.401	88.174	26.790	388.306	663.070	59%
BA	1.170.502	109.231	136.315	628.918	1.097.460	262.250	310.677	2.342.060	1.835.310	620.635	8.513.358	47.610.964	18%
CE	750.193	20.101	117.952	596.594	619.223	286.375	151.267	1.382.371	1.138.268	336.072	5.398.415	29.089.553	19%
ES	799.808	14.946	46.129	234.767	233.591	117.295	51.184	1.187.738	552.118	120.633	3.358.210	15.621.468	21%
GO	1.350.097	69.746	33.233	396.080	522.196	182.758	56.565	1.516.728	1.046.175	251.354	5.424.933	25.729.392	21%
MA	445.162	26.143	153.154	486.893	521.131	126.798	122.808	1.024.438	902.782	283.930	4.093.240	22.237.913	18%
MG	3.030.000	152.465	338.773	1.501.585	1.608.059	767.520	359.998	6.632.697	2.924.117	887.073	18.202.287	83.727.559	22%
MS	248.585	6.371	8.183	54.815	221.091	251.599	35.597	429.779	568.415	99.214	1.923.649	13.869.747	14%
MT	205.567	81.460	43.608	139.818	254.539	269.416	20.242	551.333	538.023	124.495	2.228.502	16.690.058	13%
PA	736.393	60.860	119.359	373.260	455.297	222.674	176.316	1.160.182	1.086.798	232.343	4.623.481	26.817.348	17%
PB	368.386	11.147	65.797	480.708	367.940	78.885	91.151	1.229.231	585.056	212.302	3.490.604	11.556.878	30%
PE	981.537	22.796	112.924	557.316	602.218	188.057	127.893	1.438.139	1.179.955	326.600	5.537.436	26.860.865	21%
PI	322.844	11.193	39.302	189.297	322.101	69.952	40.050	426.321	475.546	179.148	2.075.752	11.102.625	19%
PR	2.217.848	68.389	76.521	99.043	932.824	439.522	51.550	936.539	1.800.854	458.701	7.081.792	46.070.598	15%
RJ	1.281.378	21.031	118.135	935.293	647.620	429.845	55.442	6.272.236	2.988.805	205.168	12.954.953	81.703.037	16%
RN	359.482	11.383	31.815	272.476	292.448	83.566	64.520	793.242	480.418	167.497	2.556.847	11.405.670	22%
RO	182.611	27.503	14.007	92.478	112.990	38.035	11.992	165.025	233.329	59.904	937.875	5.858.792	16%
RR	92.783	11.000	6.857	32.514	59.462	12.711	2.535	51.898	78.347	34.130	382.236	2.219.280	17%
RS	1.309.022	59.440	82.889	244.027	951.505	418.358	30.926	2.538.841	1.868.694	455.600	7.959.303	48.928.343	16%
SC	864.500	35.957	76.312	131.503	555.812	218.920	68.154	889.656	1.257.735	264.505	4.363.054	33.388.709	13%
SE	167.646	8.114	19.407	119.567	183.057	41.666	42.372	418.429	331.077	101.135	1.432.471	7.283.564	20%
SP	3.842.500	238.616	146.430	1.269.473	2.398.424	1.912.852	111.767	8.987.637	7.254.854	902.454	27.065.006	218.852.520	12%
TO	179.959	18.538	31.109	115.508	165.516	37.209	50.178	250.382	246.096	93.710	1.188.205	5.732.967	21%
BRASIL	21.671.537	1.123.296	1.973.715	9.414.644	13.704.768	6.614.971	2.208.092	41.893.914	30.463.057	6.745.085	135.813.080	817.598.326	17%

* Não considera o DF e os impactos das pautas do Judiciário.
Elaboração: área de Estudos Técnicos/CNM.



IMPACTOS DE MEDIDAS NAS FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS
MUNICIPALISMO FORTE SE FAZ COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS
1.000 INSERITOS NO EVENTO
HOJE É UM ATO POLÍTICO.
71, 21. APROVARAM LEI ESPECÍFICA PARA CONCEDER REAJUSTE
25, 91.1589 MUNICÍPIOS) DERAM REAJUSTE SEM LEI ESPECÍFICA
ERECHES - RE 1008166 - LUÍZ AUX - UNIVERSALIZAÇÃO DAS
ERECHES - 24 DE AGOSTO (JULGAMENTO).
158 PROJETOS DE PISOS TRAMITANDO
ESTRATÉGIA DE SAÚDE NA FAMÍLIA - BUSCA DA DIFERENÇA
ENTRE PAGAMENTO ENTRE A MODALIDADE 1 E A MODALIDADE 2
2
ENCANTO DE CONTAS - BUSCA DA DIFERENÇA DE CARÁTER
PREVIDENCIÁRIO.
NÃO PODE DEIXAR RESTOS A PAGAR.
80, 41.11.985) MUNICÍPIOS BRASILEIROS FALTAM REMÉDIOS
BÁSICOS.
REDISSCÃO DA SAÚDE PRIMÁRIA A SAÚDE.
DEMANDA REPRIMIDA É ENORME.
PROGRAMAS FEDERAIS - O CENTRO DESSE PROBLEMA É O
DESEQUILÍBRIO E ECONOMIA DA MODALIDADE DE FINANCIAMENTO
IMPLEMENTADA PELO GOVERNO FEDERAL. OS VALORES TRANSFERIDOS
DA DE JANEIRO SÃO MUITO DISTANTES DO CUSTO EFETIVO, SEM
QUALQUER COMPROMISSO COM A DEFESA DA INFLAÇÃO NACIONAL
AO LONGO DOS ANOS.



Estudos Técnicos – junho de 2022

Pautas do movimento municipalista para o Governo Federal

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), ao longo de sua história, sempre lutou por um aperfeiçoamento do pacto federativo para que os três Entes da federação possam conviver de forma harmônica e cooperativa. A entidade vem alertando para vários problemas que afetam a população em decorrência de medidas adotadas que, ora reduzem significativamente as receitas municipais, ora incham a folha de pagamento e a grave insegurança jurídica de algumas ações que o governo federal vem tomando nos últimos tempos. Diante disso, listamos algumas dessas medidas e os problemas que os municípios têm enfrentado.

O primeiro problema está relacionado com a edição do Decreto 11.087, de 30 de maio de 2022 e o anterior, o Decreto 10.979, de 25 de fevereiro, de 2022 que reduzem as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com essa medida a CNM calcula uma redução no imposto de R\$ 6,745 Bilhões. O IPI compõe a base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, tal redução afeta as receitas que chegam aos cofres municipais e consequentemente os serviços que precisam chegar ao cidadão na ponta.

Essa forma de reduzir impostos que são compartilhados é usualmente utilizada por todos os governos e sempre causam grandes prejuízos aos Municípios. **Trata-se de uma política que fere gravemente o Pacto Federativo.**

Outro fato importante é a demanda reprimida do Programa Auxílio Brasil, (PAB) acumulada até o mês de abril, que contabiliza 2.788.362 famílias na fila de espera, se todas essas famílias estivessem recebendo o auxílio, referenciando a média de pagamento praticada pelo governo federal (Sagi) de R\$ 409,30 por mês, o incremento na economia no mês seria de mais de R\$ 1,1 bilhão. Todas estas famílias que estão fora do programa atualmente estão sofrendo com o problema da insegurança alimentar e pressionando nossas estruturas municipais de assistência social em busca de benefícios eventuais.

A muitos anos a Confederação vem alertando ao governo sobre o problema dos programas federais, uma vez que ocorre um desequilíbrio econômico da modalidade de financiamento implementada pelo governo. Os valores transferidos já de início são muito distantes do custo efetivo, sem qualquer compromisso com a defasagem inflacionária ao longo dos anos. As políticas públicas estão, ao longo do tempo, sendo estruturadas e executadas na modalidade de programas ou convênios entre União, Estados e Municípios, ou seja, os recursos provenientes implicam ao município responsabilidades de ordem financeira, fiscal, técnica, operacional, entre outras.

Um exemplo dessa defasagem ocorre em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que transfere recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para



auxiliar na aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e do ensino fundamental, inclusive das escolas indígenas, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Há inúmeros dilemas na execução dos programas federais. Por isto, a adesão a esses programas pode ser considerada, por vezes, um erro na tomada de decisão do gestor local.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: I) Creches: R\$ 1,07, II) Pré-escola: R\$ 0,53, III) Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64 e IV) Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36, V) Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32, VI) Ensino integral: R\$ 1,07, VII) Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00 e VIII) Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53. Esses valores encontram-se desatualizados desde 2017.

Diante desses valores, os repasses de recursos atualmente não cobrem o custo da merenda escolar. De acordo com a pesquisa realizada pela CNM, os Municípios estão assumindo elevadíssimos custos com a merenda escolar, além de serem responsáveis pelo cumprimento de várias exigências estabelecidas nas regras do PNAE. Os municípios chegam a gastar três, quatro vezes mais que os valores repassados. Como pode ver abaixo:

Subfinanciamento



Além do problema da defasagem dos programas federais, os municípios têm um outro gargalo que está relacionado aos Restos a Pagar (RAP) que são despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro de cada ano. Em 2022 os RAPs totalizaram **R\$ 233,7 bilhões**, desse montante, **R\$ 49 bilhões** estão relacionados aos municípios, esse valor é 16,6% maior do que foi inscrito em RAP no ano passado. Um dos motivos desse aumento deve-se aos impactos da crise sanitária, mudando a composição de RAPs, antes relacionados à execução de obras públicas.

Sede: St. de Grandes Áreas Norte Quadra 601 Módulo N • CEP 70.830-010 • Brasília - DF • Tel/Fax: (61) 2101-6000
Escritório: Rua Marcílio Dias nº 574 - Bairro Menino de Deus • Cep 90130-000 • Porto Alegre - RS • Tel/Fax: (51) 3232-3330



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3400310037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Como sempre é divulgado e salientado pela CNM, nos últimos anos houveram enormes esforços por parte do governo federal, órgãos de controle, parlamento, CNM e bancos oficiais para buscar alternativas a fim de que a execução do orçamento fosse mais rápida, eficiente e alcançasse o objetivo principal que é o atendimento à população. Houveram mudanças de sistemas, implementação da Plataforma+Brasil, novas portarias interministeriais, novas obrigações dos concedentes, novos contratos dos Ministérios com os bancos e aprovação pelo Congresso da Emenda Constitucional 105/2019, que trouxeram uma nova forma de distribuição dos recursos das emendas parlamentares impositivas. Mesmo com os esforços empreendidos o problema dos restos a pagar persiste, existem milhares de outras obras paradas no país. Este tema é de grande importância para a causa municipalista, uma vez que obras paradas significam desperdício de recursos e prejuízo à população, que necessita de uma boa provisão de serviços públicos.

De acordo com levantamento da CNM, utilizando múltiplos sistemas de informações sobre obras, foi possível constatar a existência, até o presente momento, de **6.932 obras paradas no Brasil no período analisado, correspondentes a um valor total de R\$ 9.327.934.908 (R\$ 9,32 bilhões)**. A maioria das obras paradas se encontra registrada no Simec e na Plataforma +Brasil, enquanto a maior parte dos valores de contratos é decorrente da execução de programas habitacionais e da educação.

Grande parte das obras paradas estão localizadas nas regiões Nordeste e Norte e em Municípios de menor porte populacional. Presumivelmente, o valor médio das obras é maior entre as cidades mais populosas. As principais obras são oriundas de projetos habitacionais; pavimentação asfáltica; construção de estradas vicinais; construção de orlas; construção de escolas e creches; obras em esgoto; água; melhorias sanitárias domiciliares e saneamento rural, além das obras em escolas e creches, Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento.

Além dos financeiros, há um enorme prejuízo social, pois, cada obra dessas devia empregar trabalhadores que com seus proventos dinamizariam as economias locais neste momento de recuperação lenta da pandemia da Covid-19, que trouxe grandes impactos a nossa sociedade. Sendo assim, é imperativo que se busque alternativas, viáveis, para a conclusão dessas obras. Vários movimentos foram feitos pelos órgãos de controle federais e estaduais a fim de recuperar esses investimentos, tais como reuniões setoriais com Ministérios e a administração federal, elaboração de normativas e novos prazos abertos. Mas, como o assunto é sempre complexo e requer muita dedicação e comprometimento de todos, não evoluiu na velocidade preconizada.

Outros dois problemas bastante graves nos últimos dois anos, se refere ao desabastecimento de medicamentos e atendimentos que deixaram de ser realizados no SUS, ou seja, há uma demanda reprimida que precisa ser solucionada.



Em recente estudo realizado por esta Confederação constatamos que durante a pandemia de covid, a vacinação e os efeitos do pós-pandemia foram muito impactantes para os Municípios, houve uma completa mudança da organização de nossas estruturas físicas e de atendimento a população neste período todo, pois os Municípios é que são os responsáveis pela prestação dos serviços públicos na Atenção Básica e na Média e Alta Complexidade.

A primeira das grandes consequências do pós-pandemia é a demanda reprimida de procedimentos. Com base nesses dados, para o ano de 2022, estima-se uma média de crescimento de 2.387.029 procedimentos. No acumulado dos outros dois anos anteriores isso totaliza 6.219.466 procedimentos (2020, 2021 e 2022).

O segundo fato que causa bastante impacto é o desabastecimento de medicamentos constatado em nossa pesquisa, as farmácias básicas dos Municípios têm uma grande quantidade de medicamentos que não estão disponíveis, seja por falta do produto junto as indústrias farmacêuticas e/ou a falta do envio destes medicamentos pelo Ministério da Saúde, o que preocupa muito aos gestores locais.

E por fim temos que relatar os impactos expressivos nas finanças municipais oriundas dos pisos salariais do funcionalismo público, a CNM sempre apoiou a valorização do funcionalismo e defende o seu papel central na provisão de serviços públicos de qualidade para os entes municipais. Ao longo dos últimos anos a CNM vem alertando e debatendo o impacto do piso do magistério.

Durante todo o ano de 2021 a CNM atuou junto ao Legislativo e ao Executivo para mostrar que o critério de reajuste do piso nacional do magistério, fixado na Lei 11.738/2008, perderia a eficácia com a entrada em vigor do novo Fundeb. Desde 2010, o piso nacional do magistério passou a ser atualizado, anualmente, em janeiro, pelo mesmo percentual de crescimento, nos dois anos anteriores, do valor anual mínimo por aluno dos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei 11.494/2007. Um novo critério de reajuste tem sido uma bandeira defendida pela CNM há mais de 13 anos, que luta pela aprovação a do texto original do Projeto de Lei (PL) 3.776/2008, com adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos doze meses anteriores para reajuste do piso.

O piso do magistério cresceu 204% entre 2009 e 2021, superando o crescimento de 104% da inflação mensurada pelo INPC e de 143% do Fundo, recurso que serve para o financiamento de todos os níveis da Educação Básica. Esse mesmo cenário, em menor magnitude, ocorreu com o salário-mínimo (137%). Importante ressaltar que o piso hoje não serve apenas como remuneração mínima, mas como valor abaixo do qual não pode ser fixado o vencimento inicial, ou seja, repercute em todos os vencimentos do plano de carreira dos professores. Então o impacto é



enorme e prejudica diretamente os investimentos em educação no país, na medida em que grande parte dos repasses para a Educação estão sendo gastos com folha de pagamento.

Recente decisão tomada pelo Governo Federal através do Ministério da educação em "conceder" o aumento do Piso nacional do Magistério Público baseado em uma legislação que precisa ser alterada no Congresso Nacional, causou um enorme problema junto aos gestores locais que foram pressionados a conceder um aumento de 33,4% nos vencimentos de seus professores com grande insegurança jurídica. Segundo estimativas realizadas pela CNM o impacto orçamentário, se todos os Municípios dessem este aumento, será da ordem de R\$ 30 bilhões em nossas folhas de pagamento.

Portanto, este conjunto de problemas aqui elencados servem para que o Governo Federal possa rever algumas de suas decisões e sobretudo criar canais de comunicação mais eficientes para que possam ouvir nossas demandas e atuarmos de forma conjunta, nossos objetivos são comuns e têm como fim, prestar mais e melhores serviços públicos a nossa população.

Reforçamos abaixo, as medidas que o movimento municipalista entende como necessárias para a mitigação dos problemas aqui relatados e destacamos que a maioria delas foram apresentadas a este governo ainda no início do mandato:

Demanda reprimida do Programa Auxílio Brasil: Vincular o orçamento e sua execução à demanda reprimida do programa e manutenção dos benefícios de transferência de renda, de modo que famílias que apresentarem perfil para receber o benefício sejam automaticamente incluídas no programa.

Segurança Alimentar e Nutricional: A imediata retomada de investimento em ações de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito das Dimensões de: Produção e disponibilidade de alimentos; Políticas públicas, direitos humanos e orçamento público. Tais como infraestrutura e estrutura, como a construção de Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos.

Demanda reprimida de Procedimentos em saúde: Curto e médio prazo: Revisão da programação pactuada e integrada da assistência (PPI Assistencial) e dos fluxos de usuários do SUS, revisão dos tetos financeiros média e alta complexidade (MAC), correção da metodologia de definição do teto de incremento de MAC inserindo os valores dos incentivos financeiros permanentes como SAMU, UPA, HPP, Melhor em casa. Médio e longo prazo: Revisão da tabela SUS com definição de critério de reajuste anual.

Desabastecimento de medicamentos: Definição de estratégia de aquisições centralizadas no governo federal de medicamento e insumos necessários para manter os serviços de saúde, com



distribuição aos estados e municípios com base em critério epidemiológicos e de capacidade instalada.

Programas Federais: Definição em lei de (i) correção anual pela inflação dos valores das transferências legais da União (sugestão: IPCA); (ii) limite de recursos para transferências voluntárias e aumento para transferências legais; (iii) regulamentação das transferências legais restrita ao disposto nas respectivas leis federais.

Obras Paralisadas: garantir o aporte financeiro da União para a conclusão das obras.

Restos a Pagar: Abrir prazo para que os municípios possam indicar os empenhos de obras que já tenham iniciado.



**CONQUISTAS
MUNICIPALISTAS**

Valores em reais

	Município	Estado	Brasil
Alteração da Alíquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2021)	1.032.515	142.848.367	8.072.527.59
Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2021)	3.015.199	398.094.116	22.622.660.71
PAES (crédito FPM dezembro 2005)	139.131	21.192.629	1.215.364.07
Contribuição para Iluminação Pública (CIP/COSIP) (2003 - 2021)	6.634.805	1.759.555.707	93.637.622.91
Repasse do Salário Educação (2004 - 2021)	13.366.305	2.608.198.921	148.593.658.30
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2021)	1.491.616	221.514.407	12.483.747.80
ISS - LC 116/2003; LC 157/2016 e LC 175/2020 (2004 - 2021)	14.724.580	12.411.773.024	615.240.369.41
Transporte Escolar (PNATE) (2004 - 2021)	3.973.211	229.191.117	12.139.053.11
Merenda Escolar (PNAE) (2006 - 2021)	6.561.823	1.174.671.594	61.303.814.81
ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2021)	-	11.417.021	7.111.708.21
EC 55/2007 - 1% FPM (dezembro 2007 a 2021)	10.078.526	1.311.689.548	74.569.387.11
AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009,2013,2015 e 2017)	2.901.805	385.491.775	21.712.002.51
FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2018)	5.550.842	951.532.577	14.017.269.61
Repasses Extra do FPM (2009 a 2018)	1.437.823	185.824.004	10.728.806.81
PAB - Piso de Atenção Básica (2018)	466.013	108.505.543	4.904.950.61
EC 84/2014 - 1% FPM (julho 2015 a 2021)	4.282.766	560.214.302	31.250.199.11
Repatriação de recursos do exterior (2016 e 2017)	2.147.910	273.258.429	15.549.926.61
Deixou de perder com o Super Simples (2015 a 2021)	573.279	172.922.528	8.938.752.61
PAC - Máquinas (2013 a 2021)	1.390.983	93.918.197	8.079.832.71
Parcelamento da dívida Previdenciária (2017)	260.378	399.036.378	34.509.969.31
Cessão Onerosa (2019)	791.391	106.151.409	5.778.447.51
Recomposição do FPM (Pandemia COVID-19) (2020)	1.239.979	164.264.640	8.999.369.01
LC 173/2020 - Programa Federativo de Combate a Covid-19 (2020)	2.613.322	628.741.520	26.739.302.51
Portarias 369 e 378 - Recursos Extraord. da Assistência Social (2020)	315.987	52.298.874	2.781.559.91
Portaria 1666 - Recursos Extraordinários - Saúde (2020) - Covid-19	1.606.124	208.977.167	13.178.859.91
Portaria 1857 - Repasses Setoriais Extraord. - Saúde (2020) Covid-19	61.730	9.937.796	528.319.91
Port. 774 - Repasses Setoriais Extraord. - Saúde (2020) Covid-19	309.629	83.461.148	7.438.414.91
Port. 2.358 - Repasses Setoriais Extraord. - Saúde (2020) Covid-19	48.840	8.261.003	429.907.91
Lei 14.017 - Lei Adir Blanc (2020) Repasses Setoriais Extraord. - Covid-19	158.525	33.091.117	1.744.299.91
Emendas Parlamentares Impositivas (2020-2021)	2.157.585	801.987.263	33.804.635.91
Emendas Parlamentares Especiais (2020 - 2021)	-	13.372.368	2.683.132.91
TOTAL	88.300.109	25.531.394.492	1.310.787.872.91



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3400310037003A00540052004100, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



IMPACTOS DE PAUTAS IMPORTANTES E GRAVES	Impacto	Valores em reais		
		Município	Estado	Brasil
LC 194/2022 « ICMS »	Redução de Receita	5.158.760	799.807.825	21.671.536.93
LC 192/2022 « ICMS Diesel) até dez/22 »	Redução de Receita	96.400	14.945.755	1.123.296.22
EC 120/2022 « Reajuste do piso ACE e ACS »	Aumento de Despesa	251.051	46.129.282	1.973.714.82
PL 2.564/2020 « Piso da Enfermagem »	Aumento de Despesa	1.228.669	234.767.417	9.414.644.03
PL 2.337/2021 « Imposto de Renda »	Redução de Receita	1.550.943	233.590.981	13.704.767.54
PLP 108/2021 « Simples Nacional - ICMS e ISS »	Redução de Receita	640.367	117.294.771	6.614.970.98
PL 3.253/2019 « Piso de Garis »	Aumento de Despesa	-	51.184.430	2.208.092.42
PLs diversos « Pisos salariais »	Aumento de Despesa	9.756.094	1.187.737.963	41.893.913.99
Portaria 67/2022 « Reajuste do piso do Magistério »	Aumento de Despesa	2.681.025	552.118.384	30.463.057.34
Decreto 10.979/2022 « Desoneração IPI »	Redução de Receita	1.098.574	120.632.733	6.745.085.34
ADI 7.164 « STF - cobrança ICMS - até dezembro »	Redução de Receita	192.410	29.830.983	1.170.331.52
RE 1008166/STF « Obrigatoriedade da oferta de creches »	Aumento de Despesa	8.416.943	2.188.706.273	88.906.691.72
ADI 4.917 « Royalties de petróleo »	Redistribuição de Receita	-	3.355.317	5.900.000.00
TOTAL		31.071.236	5.580.102.115	231.790.102.88





Prefeitura Municipal de Marechal Floriano
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Marechal Floriano/ES, 22 de Junho de 2022.

OF. PMMF N°. 293/2022

EXMO SR.

CEZAR TADEU RONCHI JUNIOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
MARECHAL FLORIANO/ES

Senhor Presidente.

Levando em consideração a participação do Chefe do Poder Executivo infra-assinado a fim de representar o Município de Marechal Floriano na Mobilização Municipalista em defesa da pauta prioritária do movimento municipalista e no debate a pautas que vão de interesse público das municipalidades, mobilização esta convocada pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM à ser realizada na data de 05 de Julho de 2022 em Brasília/DF, e levando em consideração a importância de representatividade do Poder Legislativo Florianense no evento em conjunto com o Chefe do Poder Executivo, **solicito** a Vossa Excelência, a designação de 02 (dois) Vereadores (em comum acordo por todos Vereadores da Casa) a representarem o legislativo municipal no evento. Em anexo, seguem informações sobre o evento, datas e inscrições.

Sem mais para o momento, apresentamos as nossas,

Cordiais saudações,

JOÃO CARLOS LORENZONI

Prefeito Municipal



MOBILIZAÇÃO MUNICIPALISTA

Brasília/DF – Dia 05.07.22

Em defesa da
pauta prioritária
do movimento
municipalista

Manhã | Concentração na Sede da CNM
Tarde | Mobilização no Congresso Nacional



Inscrições

Evento Mobilização Municipalista | 05 de julho Mobilização Municipalista - 2022

Tipo de Inscrição *

Cargo *

Nome Completo *

Razão Social *

CPF *

Sexo

Endereço

CEP

UF *

Município *

Celular *

Email *

Telefone *

Fax

Ao me inscrever, informo estar ciente, anuir e autorizar a Confederação Nacional de Municípios (CNM) a utilizar meus dados pessoais, conforme as condições estabelecidas na sua [Política de Privacidade](#). No mais, autorizo a CNM a entrar em contato através de SMS, WhatsApp, ligação telefônica, e-mail e/ou outro meio de contato, a fim de informar as ações, atividades, eventos realizados pela(s) entidade(s) municipalista(s), assim como compartilhar meus dados com parceiros para oferecimento de eventos e produtos.



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3200340037003A0059005200400010 assinado digitalmente conforme
com o ME 2190-2/2000, 21201-1/2001 e a Lei 11.367/2006, instituídas pelo Decreto nº 7.083 de 2003, e a
ICP-Brasil.



CPF

Senha

OK



(<https://www.cnm.org.br/>)

Menu

Home / Comunicação / CNM convoca mobilização em 5 de julho contra aumento de despesas e redução de receitas dos Municípios

([whatsapp://send?](https://whatsapp://send?text=http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-convoca-mobilizacao-em-5-de-julho-contr-aumento-de-despesas-e-reducao-de-receitas-dos-municipios)

Compartilhe esta notícia:
20/06/2022

[text=http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-convoca-mobilizacao-em-5-de-julho-contr-aumento-de-despesas-e-reducao-de-receitas-dos-municipios\)](http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-convoca-mobilizacao-em-5-de-julho-contr-aumento-de-despesas-e-reducao-de-receitas-dos-municipios)

CNM convoca mobilização em 5 de julho contra aumento de despesas e redução de receitas dos Municípios

Alertando para medidas unilaterais dos Três Poderes federais que impactam fortemente a autonomia e os orçamentos municipais, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) convoca todos os gestores locais a participarem de grande **mobilização em 5 de julho, em Brasília** (<https://bit.ly/3HFiS1V>). Balanço da entidade – considerando as pautas mais prejudiciais propostas – somam um impacto financeiro superior a R\$100 bilhões por ano para os Municípios brasileiros.

“É evidente que essa situação não é sustentável. As instâncias federais

criam novas despesas e ainda aprovam medidas que reduzem a arrecadação dos Municípios. Como é que o gestor vai atender o cidadão lá na ponta dessa maneira?”,

argumenta o presidente da CNM, Antônio Carlos de Oliveira.



Autenticar documento em /autenticidade
como o identificado 8200340082708390066005200412012 assinado digitalmente
condição MP nº 2.200-2/2001, de 24 de março de 2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Notícias relacionadas



(<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mmm-representacao-feminina-na-politica-e-tema-de-painel-em-congresso-do-rs>)

Institucional

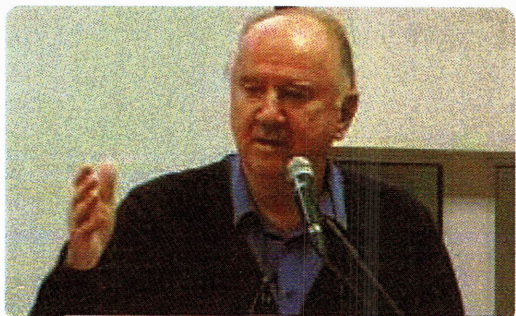
(<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mmm-representacao-feminina-na-politica-e-tema-de-painel-em-congresso-do-rs>)

22/06/2022

(<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mmm-representacao-feminina-na-politica-e-tema-de-painel-em-congresso-do-rs>)

MMM: representação feminina na política é tema de painel em Congresso do RS

(<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mmm-representacao-feminina-na-politica-e-tema-de-painel-em-congresso-do-rs>)



(<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/em-congresso-no-rio-grande-do-sul-ziulkoski-apresenta-pautas-bombas-e-convoca-gestores-para-mobilizacao>)



(https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/em-
congresso-no-rio-grande-do-sul-
ziulkoski-apresenta-pautas-bombas-e-
convoca-gestores-para-mobilizacao)
21/06/2022

(https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/em-
congresso-no-rio-grande-do-sul-
ziulkoski-apresenta-pautas-bombas-e-
convoca-gestores-para-mobilizacao)

Em Congresso no Rio Grande
do Sul, Ziulkoski apresenta
pautas bombas e convoca
gestores para mobilização

(https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/em-
congresso-no-rio-grande-do-
sul-ziulkoski-apresenta-pautas-
bombas-e-convoca-gestores-
para-mobilizacao)



(61) 2101-6000

Fax: (61) 2101-6080

SGAN 601 Módulo N
Brasília/DF | CEP: 70.830-010

© Copyright 2021 Confederação Nacional de Municípios. Todo conteúdo do site pode ser reproduzido, desde que citada a fonte.



Autenticar documento em /autenticidade
como identificado 820084008370839066005200412012 assinado digitalmente
confirmação MP nº 2.200-2/2001, de 20/9/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
Públicas Brasileira - Brasil.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3200340037003A005000

Assinado eletronicamente por **Sonia Maria dos Santos** em 23/06/2022 15:56

Checksum: **591B167CA4519C727BE2757F3CF5521792B34CB9DC6FFC023F6491E18BDA3026**





DECLARAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários, que os Vereadores **CEZAR TADEU RONCHI JUNIOR**, CPF: 009.677.057-03 e **ABRÃO LEVI KIFFER**, CPF: 978.975.747-68 do Município de Marechal Floriano/ES estiveram em meu gabinete parlamentar de nº 375, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, no dia 06 de julho de 2022, para tratar de assuntos de interesse do município, bem como requerer o direcionamento de recursos orçamentários ao OGU – 2022/2023.

Brasília-DF, 06 de julho de 2022.

NEUCIMAR FRAGA
Deputado Federal – PP/ES





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que estiveram em meu gabinete em Brasília-DF no dia 06 de julho de 2022, o **Ver. Abrão Levi Kiffer, CPF. 978.975.747-68, Pres. Cezar Tadeu Ronchi Junior, CPF: 009.677.057-03, do Município de Marechal Floriano** para tratarem de assuntos de interesse do município.

Brasília, 06 de julho de 2022.

Atenciosamente,


Senadora Rose de Freitas
MDB/ES





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE
SBS Q. 2 – Bloco F – Edifício FNDE – 11º andar – CEP 70070-929 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2022-4806/2022 4812

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o Senhor **Cezar Tadeu Ronchi Junior**, Presidente da Câmara Municipal do Município de **Marechal Floriano-ES**, portador do CPF 009.677.057-03, compareceu a esta Autarquia, no dia 06 de julho do corrente ano, para tratar de assuntos referentes ao município

Brasília, 06 de julho de 2022.


Danilo Cedraz Fontenele
Assessor da Presidência do FNDE
ASREL/PRESI

 FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	VISITANTE 2022
---	------------------------------





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Marechal Floriano, 06 de julho de 2022.

OF. SEGACMMF/PRESIDENCIA/Nº. 266/2022

Exm. Sr
Neucimar Fraga
Deputado Federal

Assunto: Solicitação

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, pelos relevantes serviços prestados pelo Nobre Parlamentar, na representatividade do Estado do Espírito Santo, buscando o desenvolvimento e valorização do Homem não somente do nosso Estado mais do nosso País, venho por meio do presente solicitar a possibilidade de contemplar a Comunidade de Rio Fundo em Marechal Floriano-ES, com o seguinte:

•**CALÇAMENTO (PAVIMENTAÇÃO) LIGANDO RIO FUNDO ATÉ A VILA BORGIO NESTE MUNICÍPIO.**

O atendimento a este pedido beneficiará o zoológico, pousadas, moradores, turistas e outros, sendo de suma importância para o desenvolvimento local.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Cezar Tadeu Ronchi Junior
Presidente CMMF

Abrão Levi Kifer
Vereador

RECEBI O ORIGINAL

06/07/2022

SP-267927 -





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Marechal Floriano, 06 de julho de 2022.

OF. SEGACMMF/PRESIDENCIA/Nº. 267/2022

Exmº. Sr
Neucimar Fraga
Deputado Federal

Assunto: Solicitação

Sirvo-me do presente, para parabenizar Vossa Excelência pelos relevantes serviços prestados pelo Nobre Parlamentar, na representatividade do Estado do Espírito Santo, buscando o desenvolvimento e valorização de todos os capixabas, e venho por meio do presente solicitar a possibilidade de contemplar a Comunidade de Alto Rio Fundo e o distrito de Araguaya em Marechal Floriano-ES, com o seguinte:

- Que seja implementado Wi-Fi Brasil na Comunidade de Alto Rio Fundo e Araguaya.

Ressalto que, faço essa solicitação visando melhor acessibilidade à internet e qualidade de vida aos cidadãos das referidas localidades, os quais vêm passando por transtornos, devido à ausência dos benefícios solicitados acima.

Nesse contexto, o atendimento a estas reivindicações será de suma relevância. Posto isto, peço empenho deste referido Deputado, para legitimar essa solicitação, visando amenizar os transtornos enfrentados, no que tange à acessibilidade à internet.

Na ocasião, registro meus votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

Cezar Tadeu Ronchi Junior
Presidente CMMF

Abrão Levi Kifer
Vereador

RECBI O ORIGINAL

06/07/2022

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 3400310037003A00540052004100, Documento assinado

digitalmente conforme MP nº 1.200-2/2001, regulamentada pelo Decreto nº 2.255-000

Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



fls. 54

3288-1925 / (27) 99789-7

Cidade das Arquiadas



EMANCIPAÇÃO LEI

4.571/91 PUBLICADO

O DIA 31/10/1991

DATA DE INSTALAÇÃO

11/01/1993

ÁREA TERRITORIAL

85,495 KM²

CLIMA

TROPICAL DE ALTITUDE

MÁXIMA 28° E MÍNIMA 8°

MUNICÍPIOS LÍMITROFES

DOMINGOS MARTINS,

FREDO CHAVES,

VARAPARI E VIANA

DISTÂNCIA DA CAPITAL

DO ESTADO (VITÓRIA):

36 KM

COLONIZAÇÃO

LEMÕES, ITALIANOS, SUIÇOS,

OLONÊSES, PORTUGUESES,

AUSTRIACOS, DESCENDENTES

E NATIVOS E DESCENDENTES

E AFRICANOS

ALTITUDE SUL DE

53° 80"

LONGITUDE OESTE DE

GREENWICH, DE 20°

46° 38"

POPULAÇÃO (IBGE/2021)

7.141 PESSOAS

BASE ECONÔMICA

AGRICULTURA, CULTIVO DO CAFÉ,

AGRICULTURA E A OLICULTURA

RISCO

ASPECTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO

DO FORTEMENTE INFLUENCIADOS

LOS COSTUMES E TRADIÇÕES DOS

LEMÕES E ITALIANOS E SE MANIFESTAM

ALIMENTAÇÃO, NA DANÇA, NA MÚSICA

E A ARQUITETURA

ENTILICO:

FLORIANENSE

FAZENDA DE ACESSO:

BR-262 E BR-101

REGIÃO:

SUDOESTE SERRANA

VERSÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

CONSTITUÍDA PELOS DISTRITOS

ARAGUAYA, DE SANTA MARIA DE

ARACI, DA SEDE E DE VICTOR

GO, ESTE ÚLTIMO CRIADO PELA

MUNICIPAL Nº 848 DE 2008/2008

PARADISIA E ECONOMIA

★ ★



★ ★

Deus seja

Comandante





Autenticar documento em </autenticidade> fls. 55
com o identificador 3400310037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.









Autenticar documento em [/autenticidade](#) fls. 58
com o identificador 3400310037003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.









REDE WI-FI:
CNM_MOBILIZAÇÃO
SENHA:
Cnmbsb2022



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3400310037003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





Autenticar documento em /autenticidade 11s. 62
com o identificador 3400310037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





Autenticar documento em [/autenticidade](#) fls. 63
com o identificador 3400310037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.







Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3400310037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

fls. 65







Autenticar documento em [/autenticidade](#) **fls. 67**
com o identificador 3400310037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





Processo: 716/2022 - RELD 24/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

Ação Realizada: Prosseguir para o membro do setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

De: Departamento Financeiro e Contábil

Para: Gabinete do Vereador Maylson Littig

ENCAMINHO O PROCESSO DE DIÁRIA PARA HOMOLOGAÇÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO.

Marechal Floriano-ES, 14 de julho de 2022.

Claudiana Cristina Littig de Melo
Técnico Legislativo - Mat. 1

Tramitado por, Claudiana Cristina Littig de Melo, Mat. 1



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 31003000380034003A005400

Assinado eletronicamente por **Claudiana Cristina Littig de Melo** em 14/07/2022 10:45

Checksum: **FE1280FAD8625BDE5FE9C4BC4D86F39FF8051BCC12E0D18A9A3850C1B2761C63**





Processo: 716/2022 - RELD 24/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

Ação Realizada: Prosseguir para o membro do setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

De: Gabinete do Vereador Maylson Littig

Para: Departamento Financeiro e Contábil

Relatório Aprovado.

Marechal Floriano-ES, 14 de julho de 2022.

Maylson Littig
Vereador - Mat. 144

Tramitado por, Maylson Littig, Mat. 144



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 31003000380035003A005400

Assinado eletronicamente por **Maylson Littig** em **14/07/2022 12:37**

Checksum: **34AAC1E6CD6C276DCDA37A1DDE96A091ECED4C1D4A68C4CAB6B6726CD2CBC2CD**

